

APRESENTAÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores do mundo com acesso universal a serviços e ações de saúde. Este está assegurado na Constituição Brasileira como condição de cidadania, fruto do Movimento da Reforma Sanitária. O SUS distingue o desenvolvimento social do Brasil atual e dignifica a todas e todos os brasileiros.

A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) o considera uma referência obrigatória de nação comprometida com a universalidade em saúde, de gestão pública participativa e fonte de conhecimentos para a Região das Américas e países de outras latitudes. A estruturação e os resultados do SUS no Brasil são internacionalmente conhecidos e valorados positivamente.

Neste ano comemoramos seus 30 anos em um contexto complexo. Crises de naturezas diversas nos últimos anos estão começando a trazer consequências negativas na saúde da população do Brasil, sobretudo nas camadas mais vulneráveis. Os repiques da mortalidade infantil e materna em 2016, após anos de queda ininterrupta; a redução da cobertura vacinal para algumas enfermidades imunopreveníveis; os surtos de febre amarela e sarampo; e o aumento da incidência de doenças transmissíveis como a malária e a sífilis congênita, são alertas sobre as vulnerabilidades pela qual passa o sistema de saúde.

A OPAS/OMS no Brasil tem envidado esforços para estabelecer e desenvolver uma agenda de Cooperação Técnica que reforce

andares e revise portas para o fortalecimento e a sustentabilidade do SUS, considerando as principais conquistas e as experiências de sucesso, assim como, as limitações e os desafios que atualmente são enfrentados e aqueles que, previsivelmente, deverão ser encarados nos próximos anos.

Somos cientes que um SUS forte é vital para seguir o rumo para o alcance de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Temos absoluta certeza que um SUS que se movimenta, impactará toda a sociedade brasileira, para a conquista das metas desafiadoras que o país assumiu com os ODS.

É neste conjunto de realidades e aspirações para o Brasil que foi elaborado o Relatório “30 anos de SUS, que SUS para 2030?”. Uma publicação que pretende destacar importantes conquistas do SUS e apresentar recomendações estratégicas que possam subsidiar presentes e futuros gestores do SUS para o alcance das metas dos ODS em 2030. Esta iniciativa busca contribuir a responder perguntas como: *Quais são os resultados de 30 anos de SUS? Que conhecimentos foram acumulados? Quais foram as experiências mais exitosas e inovadoras? Quais são os desafios do*

SUS para o ano de 2030? Que ações, estratégias e transformações são necessárias para preparar o SUS para estes desafios?

Para a construção dessas respostas, que estão permeadas ao longo deste Relatório, optou-se por percorrer um caminho metodológico considerando: (1) o diálogo e a escuta qualificada com parceiros e atores estratégicos; (2) os documentos técnicos e resoluções dos corpos diretores da OPAS/OMS; (3) as evidências científicas disponíveis. Esses três sustentam todas as análises e as recomendações produzidas neste documento.

O primeiro pilar, caracterizado pela abertura para uma escuta qualificada e pela realização de debate e reflexão com parceiros da cooperação e atores estratégicos do setor saúde, foi conduzido de duas maneiras.

- Realização de duas pesquisas em temas estruturantes. A primeira, tratada no primeiro capítulo deste Relatório, apresenta as percepções de atores estratégicos sobre a sustentabilidade do SUS, enquanto a segunda buscou identificar as estratégias e inovações principais para fortalecer os atributos essenciais da APS no SUS (Capítulo 4).

- Realização de eventos que reuniram cerca de 400 pessoas que trabalham no setor saúde, entre gestores ou ex-gestores do SUS das três esferas de governo, pesquisadores, especialistas e representantes do setor privado. Estes abordaram temas estratégicos como os cenários para a sustentabilidade do SUS; gestão do trabalho e educação na saúde; Atenção Primária em Saúde como estratégia chave para a Sustentabilidade do SUS, e, acesso a medicamentos e tecnologias no SUS. Foi realizado um seminário no qual foi apresentado o esboço de um estudo da *Harvard School of Public Health*, feito com aportes do Ministério da Saúde, OPAS/OMS e pesquisadores brasileiros sobre as conquistas, desafios e ameaças nos 30 anos do SUS.

O segundo pilar deste Relatório concerne sobre aspectos técnicos e recomendações dos corpos diretivos da OPAS/OMS, sendo especialmente contemplados os que se referem à Saúde Universal e a Acesso e Cobertura Universal de Saúde (Resolução 14 do 53º Conselho Diretivo da OPAS de outubro de 2014), como também sobre Redes Integradas de Serviços de Saúde Baseados na Atenção Primária de Saúde. Significa que as análises e as recomendações produzidas incorporam os posicionamentos e os critérios da entrega da cooperação técnica em saúde que a Organização implementa nos países e com as instâncias de integração sub-regional nas Américas e no mundo.

O último pilar refere-se aos conhecimentos científicos produzidos até o momento, capazes de jogar luz sobre os resultados do SUS e de fornecer elementos relevantes para a concretização do direito à saúde. Ao longo da vida do SUS

e, particularmente nestes últimos anos, muitas análises fundamentadas e evidências científicas confiáveis têm sido produzidas na academia, organizações de cooperação técnica e especialistas, coincidindo que o SUS vem a ser comprovadamente uma das mais importantes políticas públicas de proteção social praticada para melhorar o bem-estar do povo brasileiro. Muitas das valiosas evidências estão citadas e incorporadas nas recomendações.

O presente documento é organizado em 10 capítulos, sendo dois sobre as pesquisas feitas pela OPAS/OMS para esta publicação. Os demais são temáticos, focados nas áreas as quais a Organização acumulou maiores conhecimentos e experiências na sua história de cooperação técnica com o governo brasileiro. Portanto, não refletem a totalidade de temas relevantes que caracterizam o SUS.

A seguir as recomendações produzidas e apresentadas neste documento, destacadas aqui dadas a sua relevância para o alcance da Agenda 2030.

- O subfinanciamento crônico do SUS, agravado pela crise econômica e pela austeridade fiscal, como obstáculo para que o país alcance as metas de ODS.
- A necessidade de reduzir a fragmentação do SUS, com o aperfeiçoamento dos arranjos interfederativos, na busca de soluções que preservem a autonomia dos municípios, e, também facilitem a regionalização dos serviços e a efetiva coordenação do cuidado.
- Destaca-se a importância de estender a cobertura com o modelo de atenção baseada na APS.

- A necessidade de expansão e consolidação de uma APS Forte, que ordena as redes de atenção à saúde e as integra aos sistemas de vigilância em saúde. A importância de se reforçar o enfoque da Medicina de Família e Comunidade, assim como as ações concretas sobre os determinantes da saúde, para melhorar a equidade e a resolutividade dos serviços de saúde do SUS.
 - O aperfeiçoamento do marco jurídico para garantia do princípio da integralidade, de maneira a evitar o fenômeno da excessiva judicialização no SUS. Da mesma forma, os instrumentos de regulação assistencial precisam ser aperfeiçoados para garantia da equidade e da segurança da atenção.
 - A garantia de recursos humanos preparados, motivados e com vínculo empregatício mais estável em todo o Sistema. Persistem os problemas de equidade na distribuição de pessoal e descompasso entre a formação profissional e as necessidades dos serviços de saúde. Esforços importantes como o Programa Mais Médicos, à luz dos resultados registrados na ampliação da cobertura e do acesso aos serviços e na redução das desigualdades, precisam ser mantidos e consolidados.
 - A necessidade de fortalecimento da vigilância em saúde e dos laboratórios de saúde pública foi identificada diante das experiências nas últimas epidemias. Para isto, faz-se necessário a qualificação de pessoal, ações intersetoriais e incorporação de novas tecnologias que tenham evidências de ser eficazes.
 - O aperfeiçoamento das estratégias e mecanismos de participação social no SUS é uma outra área que requer atenção. Entende-se favorável a realização do diálogo entre o Estado brasileiro e a sociedade em geral, com vistas a refletir sobre os direitos previstos na Constituição Federal de 1988 com a manutenção e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Finalmente gostaria de fazer um reconhecimento a todos os participantes na gênese e materialização desta publicação, que estão listados nos grupos de elaboração e de coordenação neste documento. Elas e eles mostraram uma grande tenacidade e vontade de superar qualquer obstáculo e fizeram um trabalho esplêndido.

Brasília, 27 de novembro de 2018

Dr. Joaquín Molina
Representante no Brasil
Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde